

DISCURSO VERDE: PALAVRAS QUE NÃO CONVENCEM
Uma análise da Recepção das Campanhas de Prevenção a
Incêndios Florestais na Amazônia¹

Luciana Miranda Costa²

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará

Resumo

As políticas de comunicação implementadas por órgãos governamentais e não governamentais correspondem às suas políticas de intervenção social. É através dessas práticas comunicacionais que se estabelecem as relações que irão nortear as ações conjuntas entre os agentes e instituições responsáveis pela esfera da produção das informações e os agentes e instituições para os quais são destinadas as mensagens produzidas. A partir desta interação tem início diferentes e, muitas vezes divergentes, construções de sentido, que irão depender das diversas mediações envolvidas. Este artigo, que tem por base informações provenientes de uma pesquisa realizada no período 2001-2004 com trabalhadores rurais de sete municípios paraenses, analisa como as informações produzidas por órgãos ambientalistas sobre os incêndios florestais na Amazônia foram incorporadas ao cotidiano desses agricultores, que desenvolveram uma série de “táticas” para conviver com as “estratégias” institucionais.

Comunicação Ambiental; Campanhas; Meio Ambiente; Amazônia; Incêndios Florestais

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica e Ambiental, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Jornalista formada pela PUC de SP, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NAEA/UFPA) e professora e chefe do Departamento de Comunicação Social da UFPA. E-mail: lmirandaeua@yahoo.com.br

1 - Introdução

As políticas de comunicação implementadas por órgãos governamentais e não governamentais correspondem às suas políticas de intervenção social. É através dessas práticas comunicacionais que se estabelecem as relações que irão nortear as ações conjuntas entre os agentes e instituições responsáveis pela esfera da produção das informações e os agentes e instituições para os quais são destinadas as mensagens produzidas. A partir desta interação tem início diferentes e, muitas vezes divergentes, construções de sentido, que irão depender das diversas *mediações*³ envolvidas.

Este artigo, que tem por base informações provenientes de uma pesquisa de campo realizada no período 2001-2004⁴ com trabalhadores rurais de sete municípios paraenses⁵, analisa como as informações produzidas por órgãos ambientalistas⁶ sobre os incêndios florestais na Amazônia foram incorporadas ao cotidiano desses agricultores, que desenvolveram uma série de “táticas” (CERTEAU, 1994) para conviver com as “estratégias”⁷ institucionais. Essas informações fizeram parte das quatro maiores campanhas de comunicação sobre o tema implementadas na região⁸. O discurso sobre a temática ambiental será, portanto, o objeto da análise a seguir. O enfoque será dado para as construções de sentido realizadas pela esfera da recepção das informações.

³ Para Jesús Martín-Barbero (1997), o estudo das “mediações” significa recolocar os problemas de comunicação em outro lugar, o dos processos socioculturais. Desta forma, ele propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das *mediações*, ou seja, pelo estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais (JACKS, 1999).

⁴ Este tema foi tratado inicialmente na pesquisa de doutorado intitulada “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia” (NAEA/UFPA, 2004), que recebeu o prêmio “José Gomes da Silva” em nível nacional, de melhor tese em Sociologia 2005, concebido pela SOBER; foi finalista do prêmio Intercom 2005 – Tese de Doutorado e foi uma das vencedoras em 2005 do prêmio NAEA de Tese de Doutorado. O lançamento do livro está previsto para ocorrer durante a Intercom 2006: COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006. Pedidos: naea@ufpa.br; editor_naea@ufpa.br. Este texto apresenta algumas conclusões desta pesquisa.

⁵ Santarém, Belterra, Paragominas, Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Marabá.

⁶ A exceção é o projeto “Proteger”, coordenado pelo GTA, uma entidade que congrega mais de 500 instituições, entre elas, além de órgãos ambientalistas, órgãos ligados a movimentos sociais e de classe, como a Federação de Trabalhadores na Agricultura do PA (Fetagri) e os sindicatos de trabalhadores rurais.

⁷ *Estratégia*, segundo Certeau, é o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças por parte de um sujeito de “querer e poder”, como no caso de uma instituição ambiental. A estratégia é a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de “alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1994, p. 99). Já *tática* é a ação que é determinada pela ausência de um próprio, ocorre no espaço estratégico do “outro”. É astúcia.

⁸ O projeto *Proteger* (concebido e coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico-GTA), o *PGAI Queimadas* (Programa de Gestão Ambiental Integrada, sob coordenação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Pará), o Projeto *O Bom Manejo do Fogo* (idealizado e executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM) e o projeto *Fogo Emergência Crônica* (implementado pela ONG Amigos da Terra). Trata-se das maiores campanhas de comunicação sobre a temática na Amazônia, tanto em termos de recursos financeiros e humanos envolvidos, quanto do número de receptores e áreas geográficas de abrangência.

Os projetos e suas respectivas campanhas sociais adotam basicamente o mesmo roteiro de ação: reuniões com órgãos públicos locais, com associações ou sindicatos de agricultores; reuniões de aproximação nas localidades; reuniões ou cursos com agricultores sobre prevenção ao fogo accidental (que escapa ao controle do agricultor); distribuição de material de apoio (como cartilhas e cartazes); inserções de mensagens institucionais ligadas à temática em veículos de comunicação de massa (principalmente o rádio) ou veículos “alternativos” (como as rádios comunitárias e jornais dos próprios projetos); treinamentos opcionais sobre algumas técnicas de prevenção e controle (principalmente quando há parceria com o Corpo de Bombeiros); e, finalmente, visitas de acompanhamento e avaliação das atividades em número mais reduzido.

O processo de produção das campanhas se realiza predominantemente na esfera de especialistas do campo ambiental (com uma pequena participação de técnicos de outros campos)⁹. Há, de modo geral, uma interferência limitada dos agricultores familiares e de suas instâncias de representação na “concepção” das campanhas, ou seja, na programação das atividades, nos materiais a serem distribuídos, nos temas a serem abordados e no tempo destinado a cada atividade¹⁰.

Os agricultores são tratados mais como receptores do que como *interlocutores* na maioria das situações, na medida que antes mesmo do desenvolvimento das atividades da campanha, a partir da própria concepção dos trabalhos, a imagem construída sobre este destinatário das mensagens é a de alguém cujo comportamento é incorreto, que precisa reaprender a agir adequadamente do ponto de vista ambiental. Estabelece-se aí uma hierarquia do tipo professor-aluno (com a autoridade que compete ao primeiro), na qual quem detém o conhecimento é o emissor, restando ao receptor a tarefa de interagir com ele, complementá-lo com sua própria experiência pessoal e até mesmo questioná-lo, mas sem abalar os princípios

⁹ O conceito de “campo” é utilizado nos termos de Bourdieu, remetendo à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam. O limite de um campo é o limite de seus efeitos (BOURDIEU, 1998, p.133).

¹⁰ A exceção é o *Proteger* conforme já mencionado. O projeto *Fogo Emergência Crônica*, através dos *Protocolos de Fogo* (acordos coletivos voluntários para a adoção de medidas visando evitar incêndios e suas consequências), em uma perspectiva mais abrangente de público, também acaba sendo mais “flexível” neste aspecto.

que regem a campanha, ou seja, sem corromper a idéia principal de que a proteção ao meio ambiente deve ser uma prioridade perpassando todas as demais¹¹.

Na execução das campanhas, a participação dos agricultores familiares se dá, de um modo geral, de forma pontual e coadjuvante. As reuniões abrem espaço para o registro das palavras dos agricultores, mas não para um redirecionamento das ações previamente programadas. Isso ocorre, inclusive, porque os técnicos não detêm, no mais das vezes, o conhecimento específico necessário para atender algumas demandas, como por exemplo, informações químicas sobre o solo e informações comparativas sobre custos e implicações da mecanização. Além disso, as ações são pontuais. O espaçamento entre uma reunião e outra pode ser de seis meses, reduzindo as chances de avaliação sistemática das campanhas. O contato telefônico, postal e eletrônico é dificultado pelas próprias características estruturais das localidades e tampouco é facilitado pelas equipes, geralmente absorvidas em outras tantas atividades. Algumas vezes se delega aos próprios agricultores a responsabilidade de dar prosseguimento às ações sob o respaldo de um “acordo comunitário”.

As entrevistas e a observação de campo demonstraram que esse acompanhamento e “auto-incentivo” para o prosseguimento das ações (baseadas na adoção de técnicas de prevenção ao fogo acidental), praticamente deixam de existir quando a equipe se afasta. As exceções ocorrem quando as prefeituras ou mesmo o Ibama - por ser um órgão fiscalizador e com poder de lei - se envolvem neste acompanhamento. “Eu cumpro a lei, mas é preciso ter alternativa” (agricultor da localidade Maguari, na Flona Tapajós).

A citação exemplifica o descompasso constatado através das entrevistas, entre o que é solicitado pela esfera da produção das informações e o novo sentido que esta proposta adquire pelos receptores das mensagens. Ressalta-se o quase silenciamento do discurso das campanhas sobre temas de interesse do campo da agricultura familiar, como a mecanização. A menção à ausência de alternativas consideradas adequadas pelos agricultores familiares também reforça esta idéia.

Há duas explicações possíveis e complementares para que as campanhas tomem os agricultores mais como receptores do que como interlocutores. Uma delas é

¹¹Trata-se de uma visão com enfoque muito mais “protecionista e conservacionista” no que se refere aos ambientalistas - que valoriza prioritariamente a floresta em pé -, e uma outra visão sobre meio ambiente que incorporou também um forte enfoque *utilitarista*, além de *protecionista*, no qual a prioridade não é somente a proteção das florestas em si, mas esta proteção entendida e compondo a lógica reprodutiva específica dos agricultores familiares, diretamente vinculada à sua própria sobrevivência.

que as instituições têm utilizado e reforçado os modelos dominantes de comunicação (do tipo “mecânico”¹²) sem que haja a opção “consciente” de fazê-lo. Neste caso, como apontara Araújo, as instituições “seriam ‘vítimas’ do efeito-teoria, que naturaliza os modelos e torna ‘inevitáveis’ as opções discursivas” (ARAÚJO, 2000, p. 266). A outra é a de que as práticas discursivas das campanhas reflitam, com razoável fidelidade, as realidades institucionais, que se caracterizariam pela tendência a reproduzir o desequilíbrio de forças entre o campo ambiental e o campo da agricultura familiar, em que o primeiro detém a maior parcela de poder simbólico¹³ e busca, desta forma, fazer prevalecer seus valores ambientais.

O desequilíbrio pode ser constatado na medida que se atribui aos próprios agricultores, pela adoção do modelo de comunicação implícito nas campanhas, a responsabilidade pelo êxito delas. Este êxito estaria diretamente vinculado à *capacidade* dos agentes sociais em reagir positivamente aos *estímulos* das mensagens, tidos *naturalmente* (portanto, ignorando-se seu caráter arbitrário já que se trata de uma construção social) como legítimos e apropriados. “Conscientização”, “boa vontade” e “acordo comunitário” são algumas expressões atreladas à esta idéia.

2. Um olhar mais focado na esfera da recepção

O pressuposto de que há algo a ensinar através das campanhas implementadas pelos projetos marca, como já observado, o seu conteúdo e formato. Técnicas de prevenção a incêndios ou fogo fora de controle - como fazer aceiro, queimar somente após a segunda chuva, avisar os vizinhos sobre o dia da queima e fazer contra-fogo (colocar fogo próximo ao aceiro na direção oposta ao fogo principal) - são informadas e discutidas em reuniões locais ou através da mídia e de material de apoio (como

¹² A concepção de comunicação implícita no “modelo mecânico” é a de transferência de informação entre dois pólos: o emissor (que tem a intenção de intervir na realidade social considerando as características sociais e culturais do seu público) e o receptor (que participa no processo de comunicação de forma relativa e do qual se espera receptividade às propostas do emissor). A preocupação principal é em relação à clareza das mensagens (ajustadas às possibilidades de decodificação do receptor) e à eficácia da transmissão. A intenção é provocar um determinado efeito no receptor, que poderia ser avaliado através do *feedback* (adequação entre o dito, a forma de dizer e o compreendido, tomado como medida da eficácia).

¹³ O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p.9). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder (como o econômico, por exemplo), portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

cartilhas, folders, cartazes e calendários). A pesquisa de campo demonstrou que o pressuposto é equivocado, os agricultores familiares usam, quando conveniente, as técnicas “ensinadas”. São técnicas em geral bastante conhecidas, repassadas pelos pais e constituintes do *habitus*¹⁴ destes agricultores. A citação abaixo ilustra a opinião bastante recorrente nas entrevistas sobre o conhecimento e uso das técnicas quando consideradas necessárias pelos agricultores, ao contrário do pressuposto de que há um desconhecimento ou conhecimento inadequado sobre elas.

Nós já conhecíamos sim. Nossa... há bastante tempo. Mas só usa quem acha que precisa, vai depender da necessidade (agricultor da localidade Maguari, Flona Tapajós).

Outra citação, desta vez, extraída de um relatório de consultoria que avaliou o projeto Proteger, corrobora as falas dos agricultores. Neste caso, o problema não seria o desconhecimento das técnicas por parte deles, mas o “diagnóstico” equivocado das campanhas.

O Projeto [Proteger] pode vir a ser reformulado, a partir de um outro diagnóstico, em relação à utilização do fogo por produtores familiares em atividades produtivas. Ou seja, é possível que não falte a pelo menos uma grande parcela dos produtores familiares, conhecimento em relação aos perigos da utilização do fogo, nem tampouco de tecnologias que evitariam um incêndio florestal. Ou seja, mobilização e capacitação podem não ser respostas para a totalidade deste público (VIANNA JR., 1999, p.19).

O conhecimento das técnicas por parte dos agricultores familiares é geralmente considerado inadequado, pois não incorpora o componente de proteção ambiental como uma prioridade máxima. Foi o que concluíram, por exemplo, os técnicos do programa *O Bom Manejo do Fogo* (IPAM):

Alguns até sabem técnicas sobre prevenção para que o fogo não escape, ou já ouviram falar, tem comunidades que têm agentes ambientais, brigada contra incêndio (formadas pelo Ibama), mas no dia a dia eles voltam a usar a tradicional prática que eles estão acostumados a fazer, queimar sem usar nenhum tipo de técnica de prevenção e conforme os costumes, muitos chegam a afirmar “que é conversa, que o fogo não escapa, os pais deles vêm queimando há anos assim e nunca aconteceu nada...” às vezes queimam e voltam para casa sem se preocupar que aquela queimada poderá fugir do seu controle e prejudicar a si e outras pessoas (SILVA, L., 2001, p.35)

¹⁴ O conceito de “*habitus*” é utilizado nos termos de Bourdieu. Trata-se de um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, portanto, de formas de conduta já “naturalizadas” e “automatizadas” pelo indivíduo. São duráveis e aplicáveis a diferentes situações, que se constituem na prática e são sempre orientadas em seu sentido prático. É principalmente no convívio familiar e na trajetória escolar que tais disposições vão sendo incorporadas (BOURDIEU, 1998).

A citação reproduzida acima faz menção há um “desinteresse” consciente por parte dos agricultores em relação ao uso das técnicas de prevenção ou sobre os prejuízos que sua não utilização venha a provocar. É esta “imagem” do agricultor construída pela esfera da produção que justifica a necessidade de “ensinar-lhes” o comportamento correto.

Um estudo desenvolvido por Figueiredo em Marabá, com mais de 200 agricultores familiares, aborda a questão. Segundo a autora, o problema não se concentra no desconhecimento de técnicas de prevenção, dado que 91% dos agricultores entrevistados afirmaram conhecer alguma técnica (principalmente o aceiro e o contra-fogo) (FIGUEIREDO, 2002, p.6). No trecho reproduzido abaixo, que consta de um documento de avaliação externa do projeto *Fogo Emergência Crônica*, Figueiredo indica o descompasso entre a visão do campo ambiental sobre a necessidade do uso das técnicas e a visão dos agricultores.

O que não tínhamos percebido é que a maioria dos agricultores sabe muito bem o que fazer para não perder o controle do fogo. Queríamos então entender o motivo pelo qual o agricultor não o controlava. A resposta, pela nossa razoável amostragem, é que eles não identificam o fogo como um problema, e não acham que vão perder o seu controle. O fogo só passa a ser um problema quando ele, efetivamente, sai de controle (FIGUEIREDO apud VERÍSSIMO, s/d, p.29).

Conforme aparece no trecho citado, o *habitus* dos agricultores, no qual o uso de técnicas já foi incorporado (“...sabem muito bem o que fazer para não perder o controle do fogo”), precisa incorporar também novos valores nos quais a proteção ambiental seja tida como prioridade em relação às demais prioridades que compõem as estratégias de vida desses agricultores. Este é, por sinal, o principal objetivo das campanhas: uma nova “conscientização”.

O uso do fogo é uma prática cultural e economicamente satisfatória, sua substituição somente será conveniente na medida que outras alternativas apresentem vantagens econômicas e culturais mais significativas. Como observado por Silva (2003), trata-se de um modelo produtivo ligado a fortes elementos simbólicos relacionados à própria reprodução da família e à garantia de sua subsistência, e nos quais os conhecimentos a respeito de como trabalhar a terra atravessam gerações.

Os agricultores familiares irão agir buscando corresponder ao que lhes é solicitado pelas campanhas, na medida em que isso se reverte em perdas ou em ganhos materiais ou simbólicos, quer em termos individuais ou coletivos. Por exemplo, fazer aceiro pode significar (por ser também uma das atividades das campanhas – como no caso do projeto *Fogo Emergência Crônica* - FEC) visitas de um médico na localidade, o atendimento hospitalar público mais eficiente no município, abastecimento do posto de saúde da localidade com remédios e inaladores ou, de modo mais geral, a contratação de parentes ou amigos para serem brigadistas.

Na citação a seguir, reproduzida de um artigo assinado por pesquisadores de diferentes instituições do campo ambiental e do campo da agricultura familiar, o risco de “perdas” fica explicitado, inclusive com a menção a uma possível redução do apoio do campo ambiental para o campo da agricultura familiar.

(...) as lideranças dos pequenos produtores passaram a identificar que a preocupação do governo e da sociedade em geral com qualidade ambiental será permanente; e que a continuação de impactos ambientais negativos nas pequenas propriedades podem resultar em perdas importantes em outros setores por exemplo, redução do crédito agrícola tradicional, redução do apoio à reforma agrária e redução do apoio de ambientalistas aos pequenos produtores (BROWN *et al*, 2001, p.15).

A adesão às campanhas por parte dos agricultores também pode se traduzir em formas de evitar fiscalização e multas por parte do Ibama. O órgão público mantinha “parcerias” com os quatro projetos analisados (Proteger, FEC, PGAI Queimadas e O Bom Manejo do Fogo). Isto se dava na forma do repasse de recursos e equipamentos “anti-fogo” (p.ex: bombas costais e botas) para algumas atividades e na participação em palestras e reuniões.

O Ibama, de um modo geral (pelo menos no que se refere às áreas e municípios visitados pela pesquisa), não vinha aplicando multas aos agricultores familiares. No entanto, o poder de fiscalização e punição é inerente à competência do Ibama e pode ser usado. Os agricultores sabem muito bem disso e agem tendo em conta este pressuposto, ou seja, o poder de autoridade do qual se reveste o órgão. A citação de um agricultor da Flona Tapajós reproduzida abaixo ilustra esta idéia (“antes de queimar já vem a proibição), que também é reforçada pela declaração do então chefe do posto do Ibama em Garantã do Norte.

Botar um roçado, Deus que defenda, eles já tão fazendo chamado, levando preso. Antes de queimar já vem a proibição (agricultor da localidade Tauari, na Flona Tapajós).

A imagem do Ibama ainda é de terrorismo. Até cachorro e galinha correm do carro do Ibama (Chefe do posto do Ibama em Guarantã do Norte-MT em 2001, comunicação pessoal).

A relação com agentes e instituições do campo ambiental pode possibilitar o atendimento ou, ao menos, o conhecimento de outras demandas que passam a ser reconhecidas fora da esfera do campo da agricultura familiar e, portanto, com mais potencial para serem consideradas legítimas e necessárias socialmente. Os agricultores familiares, desta forma, desenvolvem *táticas*, nos termos de Michel de Certeau, para conviver com as *estratégias* traçadas pelos projetos, inerentes à própria lógica do campo ambiental. Contabiliza-se nos resultados das campanhas, via de regra, *aquilo* que é realizado pelos agricultores, não as *maneiras* de fazê-lo. Algumas falas registradas nas entrevistas são explícitas sobre a questão:

A gente fez aceiro, mas foi pra evitar algum problema depois, com esse pessoal do projeto e do Ibama. Fiz eu e meu cunhado, mas aceiro de um metro só (agricultor de Tauri, Flona Tapajós).

Queimar só a tardinha corre o risco de não queimar direito, mas achei melhor não confrontar. Queimei às duas horas ao invés do meio-dia (agricultor de Paragominas).

Conforme aparece nas citações acima, a adoção de técnicas de prevenção pode se efetivar por um período, mas quase sempre não de forma permanente. Ao invés de 2 metros, os aceiros podem ter 1 metro. Ao invés de avisar todos os vizinhos próximos sobre o dia da queima, são comunicados aqueles com os quais se tem bom relacionamento; ao invés de queimar às três da tarde como orientam as campanhas, queima-se às duas, quando o sol ainda está forte, embora este não seja considerado o melhor horário pelos agricultores (entre meio-dia e uma da tarde). Comunica-se a “brigada” não apenas porque foi uma orientação do Ibama, mas porque os brigadistas podem ajudar a controlar e apagar o fogo. Convém observar que enquanto as brigadas, pagas pelo Ibama a partir de 2002, apenas “olhavam” o trabalho de prevenção (p.ex: feitura de aceiros) ou o processo de queima, a maioria dos agricultores familiares não via motivo para chamar os brigadistas para acompanhá-los. Isso ocorria, de fato, se o fogo escapava ao controle, afinal, como ressaltou um

agricultor na localidade Tauari, na Flona Tapajós: “eles estão ganhando para isto, pra apagar fogo, né?”.

Desta forma, na medida que as campanhas demandam mudança de comportamento por parte dos agricultores familiares têm também de incorporar as demandas e o *modus vivendi* destes agricultores, sob pena de “falar para as paredes”. O Proteger, projeto executado por instituições do campo da agricultura familiar, incorporou esta idéia. Nota-se que na citação abaixo, a menção à assistência técnica e linhas de crédito como temas a serem trabalhados na campanha.

O uso do fogo tem entre seus determinantes, fatores ligados à cultura, à inserção social e econômica e ao ambiente político-institucional em que se insere o público-alvo do Projeto. Em função disso, ainda que se obtenha sucesso em promover uma ampla divulgação das iniciativas e possibilidades técnicas existentes, a mudança dos sistemas de produção estará diretamente relacionada a mudanças nos seus determinantes, o que vai além do escopo do Projeto. Ainda assim, este contribuirá para tal mudança, ao promover o debate e a elaboração de propostas relativas às atuais políticas de financiamento e assistência técnica ao setor (GTA, 2001, p. 22).

No entanto, o tratamento de questões como essas, mesmo no caso do Proteger, tem se dado de forma bastante pontual pelas campanhas, dificultando as possibilidades de interlocução dos agricultores com os demais agentes da esfera da produção das informações. Os trechos reproduzidos abaixo apontam para o longo espaçamento entre as atividades das campanhas e para o fato de serem atividades geralmente pontuais, dado o escopo temporal de cada projeto e o número reduzido de técnicos envolvidos (se comparado ao número de agricultores que as campanhas visam atingir).

Veio o técnico aí, mas foi uma vez só. Nem voltou, nem notícia, nem nada. Acho que era só pra fazer um H pro governo (agricultor de Santana do Araguaia).

Falaram sobre o fogo. Teve até um vídeo, mas depois vieram tão pouco, nem sei no que deu aquilo. Não resolve muito não, né? (agricultor de Paragominas).

A “desconfiança” de alguns agentes sociais sobre as “intenções” das campanhas também faz parte do universo destas. Perguntas como: para quê este trabalho? por que eles estão aqui? o que eles ganham com isso? por que eles estão repassando estas informações? o que eu ganho com isso? são frequentes nos contatos iniciais entre os técnicos das campanhas e os agricultores familiares. “Existe algum

projeto de assistência ou só cobrança?” (agricultor da localidade S.Jorge, na Flona Tapajós).

A discussão da temática ambiental como um “problema” é mais recente (por volta do final dos anos 80) do que as discussões sobre crédito agrícola ou tipos de culturas mais apropriadas para um determinado solo. Isso obriga a novas reações, novas tomadas de posição por parte dos agricultores familiares, o que justifica a “desconfiança” e a precaução do como agir.

O discurso das campanhas também reafirmou uma “co-responsabilidade” dos agricultores familiares por um problema ambiental global, no caso, a poluição, o aumento do buraco na camada de ozônio e o aquecimento da terra. Mensagem (algumas vezes declarada mais abertamente em reuniões das campanhas) que as instituições buscaram incorporar à visão de mundo dos agricultores familiares. A partir da ECO-92 essa “co-responsabilidade” ganhou mais visibilidade e espaço na imprensa, gerando uma série de reações e iniciativas por parte de instituições ligadas ao campo da agricultura familiar.

A fala de um agricultor, entrevistado por Silva em Altamira, exemplifica bem esta preocupação (“...nós é que fazíamos um buraco na camada de ozônio...”) que ganhou visibilidade midiática com a ECO-92.

(...) havia uma preocupação de produzir de uma outra maneira, de como melhorar a produção. Até pela discussão da ECO-92, que os agricultores foram criticados dizendo que nós que fazíamos um buraco na camada de ozônio através das queimadas. (...) (membro da diretoria da FVPP — Altamira apud SILVA, 2003, p. 50).

3. Considerações finais sobre as campanhas

Para os agentes do campo da agricultura familiar, as campanhas de prevenção ao fogo acidental adquirem sentidos diversos de acordo com o *habitus*, expectativa, interesses e conseqüências possíveis. Trata-se de uma avaliação que nem sempre é consciente, na qual estão presentes diversas *mediações*, incluindo não apenas as práticas culturais presentes nos *habitus* dos agricultores ou as demandas colocadas pelas próprias campanhas, mas também os benefícios e/ou prejuízos sociais, econômicos e culturais que isto venha a trazer.

O grito do pequeno produtor é muito baixinho, ninguém ouve, a gente tem que ficar prevenido com as pessoas de fora (Agricultor de Conceição do Araguaia-PA).

Estar “prevenido” significa estar atento às conseqüências que podem advir da colaboração ou da não colaboração com os agentes envolvidos com as campanhas. A citação mostra como os canais de interlocução dos agricultores familiares com agentes sociais de outros campos (o político, por exemplo) não são facilmente acessíveis (“o grito do pequeno agricultor é muito baixinho...”). Isto justifica o “cuidado” que ele demonstra ter em relação ao comportamento que deve ser adotado e que pode representar “perdas” ou “ganhos” em seu cotidiano.

A mudança de comportamento por parte do agricultor, principal objetivo das campanhas, dependerá de uma reavaliação das perdas e ganhos materiais e simbólicos que podem advir dela. Isso é facilmente observável quando há resistência à adoção de medidas que visam proteger o meio ambiente e que demandam, por exemplo, sobrecarga da mão-de-obra familiar ou o abandono de áreas mal queimadas. A fala a seguir é exemplar neste sentido porque demonstra o porquê da proteção ambiental não ser considerada uma prioridade absoluta para os agricultores: “Ninguém vai discutir meio ambiente com fome” (Membro do STR de Belterra).

As instituições ligadas aos agricultores familiares (p.ex: sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas) têm interesse em intensificar ou abrir canais de interlocução com as instituições do campo ambiental, pois, diferentemente de outros campos dentro do campo rural (como o dos sistemas de monocultivo para exportação), a agricultura familiar tem uma força bem menor para fazer prevalecer seus interesses no campo político, onde estes interesses se legitimam. Os “aliados” ou “parceiros”, principalmente no que se refere à produção já legitimada de conhecimento e à possibilidade de apoio financeiro, são indispensáveis.

A gente se preocupa quando vê a gravidade quando queima todo ano. Os que estão lá fora estão mais ansiosos para que a gente preserve. Então eu acho que esse pessoal lá de fora, que quer a preservação da Amazônia, tem que dar injeção de ânimo e reforçar a questão financeira. À medida que a gente está aumentando a mão-de-obra, porque é muito mais difícil mexer com aquela massa do que roçar e queimar (Agricultor de Pacajá apud SILVA, 2003, p. 147)¹⁵.

¹⁵ O agricultor da citação participa do projeto *Roça Sem Queimar*. Trata-se de uma experiência desenvolvida por 150 agricultores da Transamazônica sob coordenação da *Fundação Viver, Produzir e Preservar* (FVPP) de Altamira, com recursos do MMA. O projeto foi desenvolvido no período 2000-2002 e mostrou, do ponto de vista

A idéia do apoio financeiro fica clara no depoimento reproduzido acima, indicando que a proteção ao meio ambiente, nos moldes sugeridos pelo campo ambiental, requer adição de horas de trabalho e, portanto, um custo complementar que precisa ser contabilizado.

Conforme já percebido pelos idealizadores e executores das campanhas, o que contribuirá para uma mudança de comportamento dos agricultores familiares será a incorporação de novos sistemas classificatórios à visão de mundo desses agricultores, na qual o “meio ambiente” (entendido enquanto proteção à natureza) deve assumir um caráter prioritário em suas práticas, a ponto da mudança ser tida como “natural”.

Isso, certamente, é o que vêm tentando os agentes do campo ambiental através das campanhas, autodenominadas “educativas” e auto-avaliadas como experiências pautadas por êxitos, com base em alguns indicadores de redução de focos de calor em determinados anos, na adoção temporária de técnicas de prevenção ou no número de cursos ministrados e brigadas voluntárias formadas (também chamadas comissões de fogo, grupo do fogo e “puxiruns ambientais”¹⁶). As conclusões do Comitê Nacional de Acompanhamento do Proteger são exemplos dessa avaliação favorável.

Esses cursos também superaram a previsão inicial de sensibilizar em torno de 12 mil lideranças comunitárias porque muitos cursos tiveram 40, 50 ou mais participantes. Isso demonstra o grau de aceitação do trabalho e a necessidade que as comunidades vêm sentindo em relação à problemática dos incêndios na Região (GTA/PPG-7, 2001).

A “aceitação do trabalho” mencionada na citação acima e embasada pelo número expressivo de pessoas na reunião, indica ser este um fator de “êxito” para os executores das campanhas. No entanto, elas são pautadas predominantemente por princípios de transmissão de conhecimentos pré-estabelecidos e pré-selecionados, fundados em um conceito de meio ambiente marcado predominantemente pelo “preservacionismo”. Convém observar que a noção de proteção ao meio ambiente está e sempre esteve presente no *habitus* dos agricultores familiares, pois o meio ambiente é a base sobre a qual se dá a reprodução da agricultura familiar. No entanto, a relação

agrícola e cultural, a viabilidade do cultivo de diversas culturas sem o uso do fogo. Os resultados econômicos da experiência ainda não puderam ser aferidos.

¹⁶ Puxirum Ambiental “é um termo usado na cultura indígena da Amazônia Ocidental. Refere-se à filosofia de reunir pessoas para planejar e realizar ações e é entendida como ‘mutirão ambiental’”. No caso da campanha do Proteger II, que incorporou a terminologia, “os puxiruns são formados por grupos comunitários voluntários que definem suas prioridades de atuação, regras de funcionamento, responsabilidades, obrigações e direitos, contando, para isso, com formação anterior através de cursos ministrados por bombeiros, Ibama, ONGs etc” (GTA, 2002, p.8).

desse agricultor com o meio ambiente, ou seja, as diferentes formas possíveis de interagir com ele através do uso do solo, atendem a necessidades ditadas por parâmetros culturais, econômicos e sociais, que não incorporaram a lógica da “proteção ambiental” como uma prioridade absoluta, ao contrário do que ocorre com o campo ambiental.

Isso não significa que práticas ambientalmente predatórias (como o desmatamento das margens de rios) não ocorram. É importante lembrar que o *habitus* dos agricultores também incorporou a visão econômica, ainda dominante, “da natureza a serviço do homem”. Além disso, dadas as precárias condições de infraestrutura enfrentadas pela maioria dos migrantes quando de sua chegada na Amazônia e do desconhecimento dos ecossistemas locais, a floresta foi inicialmente um “estorvo”. A trajetória histórica vivida pelos agentes sociais do campo da agricultura familiar foi incorporando ao conceito de meio ambiente os sentidos que se construíram neste caminho.

As campanhas fazem, muitas vezes, “ouvido de mercador” em relação a algumas demandas (ligadas à temática do fogo acidental) que interessam aos agricultores discutir, deixando-lhes pouco tempo para explicitá-las. Sem entrar aqui nas causas dessas demandas, pode-se destacar: assistência técnica regular e participativa, mecanização e conhecimento e participação nos critérios para criação e liberação de crédito para agricultura familiar. Trabalha-se com a perspectiva de obtenção de um resultado quase automático para as campanhas, a partir da imagem que as instituições, predominantemente do campo ambiental, possuem dos agricultores familiares, agentes sociais que precisam ser “sensibilizados”, “conscientizados”, “ensinados” a como proceder e modificar seu comportamento frente ao novo paradigma de proteção ambiental respaldado pela tecnologia dos satélites.

4. Bibliografia Referenciada

ARAÚJO, I. **A reconversão do olhar**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

BARROS FILHO, C. de & MARTINO, L. M. S. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1998.

- BROWN, K. *et al.* **Políticas Agrárias e Ambientais na Amazônia Oriental: impactos e participação da sociedade civil.** ODG/Copatiôrô/Imazon/NEAF, 2001.
- CARDOSO, J. M. **Comunicação, Saúde e Discurso Preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids na TV (1987-1999).** Dissertação (mestrado em Comunicação e Cultura). ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer/** Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COSTA, L. **Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia.** Tese de doutoramento. Belém: NAEA/UFPA, 2004. Mimeo.
- FIGUEIREDO, C. **Fogo: Problema ou Solução: a percepção dos agricultores familiares do Sudeste do Pará.** Relatório de Pesquisa. Material elaborado para apresentação na 1ª Jornada Amazônica. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável – UNB. Junho de 2002. Mimeo.
- GTA. **Manual Operacional do Projeto Proteger II, V.II: Plano de Trabalho e Atividades.** Brasília: GTA, 2002.
- _____. **PRODOC. Documento de Projeto. Proteger II. Mobilização e Capacitação de Agricultores Familiares, Extrativistas e Indígenas para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia.** Brasília: GTA: Março/2001. Mimeo.
- GTA/PPG-7. **1ª Reunião do Comitê Nacional de Acompanhamento – Notas.** 01/08/2001. Brasília: PPG-7, 2001. Mimeo.
- JACKS, N. **Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia/** Trad.: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso.** São Paulo: Paulus, 2003.
- NEPSTAD, D. C., MOREIRA, A. G. & ALENCAR, A. A. **A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia.** Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.
- SILVA, L. A. **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) sobre o uso de fogo nas comunidades da FLONA-Tapajós.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA. Agosto de 2001. Mimeo.
- _____. **O fogo na FLONA- Panorama Atual e Perspectivas Futuras.** Relatório de Consultoria. Santarém: Promanejo/IBAMA/IPAM. Agosto de 2001. Mimeo.
- SILVA, M. M. **Projeto Roça Sem Queimar: uma proposta de manejo agroecológico para região da Transamazônica - Pará.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2003.